

## CEJUSC inicia formação de conciliadores



No dia 16, o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) deu início a curso promovido para conciliadores. A abertura foi realizada pela juíza federal e coordenadora do CEJUSC, Nilcéa Maggi. Em seguida, a magistrada federal da JFSP, Elídia Aparecida Andrade Corrêa, iniciou o 1º módulo do curso, dedicado aos conhecimentos teóricos,

abordando temas como a história da conciliação, conceito de conflito e importância dos conciliadores. “O Novo CPC exige que as audiências de conciliação sejam realizadas por conciliadores capacitados e cadastrados. O conteúdo deste curso está previsto em resoluções do CNJ e do CJF. Apenas após a realização da capacitação, os alunos

passarão por um estágio supervisionado e em seguida poderão se cadastrar para atuarem como conciliadores”, explicou. Já a coordenadora do Cejusc, Nilcéa Maggi, apontou a formação dos conciliadores como garantia do sucesso para a política judiciária de solução consensual de conflitos. Participam do curso 50 futuros conciliadores.

## Subseção de Caruaru promove audiência de custódia

Em cumprimento à Resolução nº 213 de 15/12/2015 do CNJ, bem como à Resolução nº 04 de 16/03/2016, foi realizada pela 16ª Vara Federal, localizada em Caruaru, na última terça-feira (14), audiência de custódia que, após homologação de

prisão em flagrante, resultou na concessão de liberdade provisória ao preso mediante pagamento de fiança. A audiência seguiu todos os parâmetros delineados pelas resoluções mencionadas, sendo realizada em menos de 24 horas contadas

da comunicação da prisão. A sessão, que contou com a presença do advogado do réu e do MPF, foi presidida pelo juiz federal José Moreira da Silva Neto. Agora, o preso responderá pelo crime de uso de documento falso (art. 304 do CP) em liberdade.

## Cabo doa alimentos para instituição de caridade



A caridade é um gesto que, ao ser realizado, multiplica esperança. Os servidores da subseção do Cabo de Santo Agostinho mostraram que conhecem o gesto e, na última quinta-feira (16), realizaram doação ao Abrigo São Francisco de Assis, entidade filantrópica situada na cidade. Alimentos não perecíveis, produtos de limpeza em geral, higiene pessoal e fraldas geriátricas foram adquiridos por meio de contribuição mensal feita por magistrados e servidores da 34ª e 35ª Varas. A entidade beneficiada acolhe idosos abandonados há mais de 50 anos e os produtos doados tornaram o São João dos assistidos mais feliz. Servidor da Subseção, Vilarim Filho informa que quem quiser participar desse ato de solidariedade, basta entrar em contato com o setor de Apoio Administrativo da Subseção do Cabo através do email [apoiocabo@jfpe.jus.br](mailto:apoiocabo@jfpe.jus.br) ou pelo telefone (81) 3213-6700/6703.

## Prorrogação de Licença Paternidade para servidores

Os servidores públicos federais, regidos pela Lei nº 8.112, de 11/12/1990, podem agora usufruir de prorrogação de Licença Paternidade. O benefício, concedido por meio do Decreto da Presidência da República nº 8.737 de maio de 2016, estabelece que, além dos cinco dias já garantidos pelo art. 208 da Lei nº 8.112, de 1990, o servidor poderá requerer prorrogação de mais 15 dias, totalizando 20 dias de licença. O benefício deve ser requerido no prazo de dois dias úteis após o nascimento ou a adoção. O decreto nº 8.737 se encontra na intranet da JFPE.

## Horário da JFPE no período junino

Considerando a importância cultural dos festejos juninos na Região Nordeste, especialmente em Pernambuco, a Direção do Foro da JFPE fixou o expediente da véspera de São João, dia 23 de junho, das 8h às 12h. Os prazos processuais com vencimento no dia 23/06 serão prorrogados para o dia 27/06. Já no dia de São João, 24 de junho, não haverá expediente devido ao feriado estabelecido pela Lei Municipal nº 9.777/67. Para ter acesso a mais informações, basta consultar a Portaria nº 45/2016, publicada no site da JFPE.

## Garanhuns alcança 51 acordos em mutirão

Ao longo de cinco semanas, a 32ª Vara, localizada em Garanhuns, promoveu 306 audiências em mutirão de instrução. Coordenado pela juíza federal titular da Vara, Madja de Sousa Florêncio, o mutirão alcançou 51 acordos. O serviço aconteceu na sede da Subseção, entre maio e junho, tendo encerrado suas atividades no dia 09.

